

A importância dos regimes de Ex-tarifário, usados e LETEC para a competitividade das empresas brasileiras

*Fonte: Portais de notícias - SINDICOMIS/ACTC *(Artigo por: Luiz Ramos)*

Data: 19/07/2024

No cenário competitivo das importações brasileiras, os regimes de Ex-tarifário, usados e LETEC são ferramentas essenciais que podem transformar a realidade das empresas de logística e comércio exterior. Entender esses regimes é fundamental para aproveitar as oportunidades de redução de custos e aumento de eficiência.

Regime de Ex-tarifário: inovação e competitividade

O regime de Ex-tarifário é uma poderosa ferramenta de incentivo à importação, permitindo a redução do imposto de importação para bens de capital (BK), informática e telecomunicações (BIT) sem produção nacional equivalente. Este benefício impulsiona a incorporação de novas tecnologias, aumenta a produtividade e eleva a competitividade das empresas brasileiras. Amparado pela Lei nº 3.244/57 e regulamentado por normas como a Resolução Gecex nº 515/2023, o Ex-tarifário é crucial para empresas que buscam modernizar suas operações com equipamentos de ponta.

Apesar das recentes mudanças no processo de concessão, que excluíram a Receita Federal da análise, o regime continua a oferecer vantagens significativas para os importadores, desde que os critérios de transparência e legalidade sejam respeitados.

No entanto, a exclusão da Receita Federal do processo de concessão em 2019 levantou questões críticas. Antes, a Receita Federal participava da avaliação das classificações fiscais e descrições das mercadorias, o que proporcionava uma camada adicional de segurança jurídica aos importadores.

Sem essa participação, aumentou-se a possibilidade de autuações fiscais posteriores, criando um ambiente de incerteza para as empresas. Esta mudança, embora buscasse agilizar o processo, sacrificou a segurança jurídica em prol da celeridade, o que merece uma reflexão mais profunda sobre os impactos a longo prazo.

Regimes de usados: eficiência com economia

Os regimes aduaneiros para bens usados permitem a importação de equipamentos de capital a custos reduzidos, desde que cumpram requisitos específicos. Para as empresas de logística e comércio exterior, essa é uma oportunidade de adquirir maquinários essenciais sem comprometer o orçamento.

A burocracia envolvida no processo pode ser um desafio, mas com a devida orientação e planejamento, é possível garantir que todos os critérios sejam atendidos, promovendo uma importação eficiente e legalmente segura.

Aqui, cabe uma autocrítica: as complexidades burocráticas muitas vezes retardam a entrada de bens essenciais no país, impactando diretamente a capacidade de inovação e competitividade das empresas. É imperativo que se busquem soluções para simplificar e tornar mais eficiente este processo, sem comprometer a legalidade e a transparência.

LETEC: flexibilidade e oportunidades

A LETEC (Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum) é outra ferramenta vital, permitindo a redução de tarifas de importação para até 100 NCMs que não têm produção suficiente no Mercosul. Este regime é ideal para empresas que necessitam de insumos específicos não disponíveis localmente, facilitando o acesso a materiais e tecnologias essenciais.

No entanto, deve-se reconhecer que a LETEC também enfrenta desafios significativos. As regras não escritas e a subjetividade nos processos de concessão podem criar incertezas para as empresas. A falta de transparência e a aplicação inconsistente das normas são questões que necessitam de atenção urgente. É essencial que o governo e as entidades de classe trabalhem juntos para garantir um processo mais claro e previsível.

Desafios e considerações legais

Tanto os regimes de usados quanto a LETEC, assim como o Ex-tarifário, estão sujeitos a constantes mudanças nas políticas governamentais. A segurança jurídica e a transparência são essenciais para que as empresas possam planejar suas operações com confiança.

Recentemente, a exclusão da Receita Federal do processo de concessão do Ex-tarifário levantou preocupações sobre a fiscalização e a classificação fiscal dos bens importados. Esse desafio se estende aos regimes de usados e LETEC, onde a clareza nas regras e a consistência na aplicação são fundamentais para evitar autuações fiscais inesperadas e garantir a correta aplicação dos benefícios.